



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE GOVERNO

Jose Carlos

OF/SG/08/2023

Ubá, 13 de março de 2023.

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício 246/2022, e resposta ao requerimento nº 140/2022, de autoria dos vereadores José Carlos Reis Pereira, Célio Lopes dos Santos, Jane Cristina Lacerda Pinto e José Damato Neto a Prefeitura informa que seguem respostas das demandas solicitadas:

1 - À época, a decisão sobre as contratações foi tomada pela Administração Municipal em acordo com a entidade supracitada pois a mesma foi indicada pelo Poder Judiciário para a execução da primeira etapa do projeto Olho Vivo.

2 - Em regras gerais, o contrato de prestação de serviço por pessoa jurídica não inclui nenhum benefício específico para o profissional, somente as regras da transação entre as empresas – os valores que serão pagos e os serviços contratados (impostos e encargos de prestação de serviços) o custo é do Prestador, não sendo de obrigação do contratado arcar com tais despesas.

A lei menciona que não. As obrigações assumidas pela Organização da Sociedade Civil - OSC para executar a parceria são somente dela, não podendo ser transferidas para o órgão público parceiro. E não importa a natureza da obrigação (se trabalhista, se comercial ou outra), isto será sempre assunto exclusivo da OSC.

Seguem em anexo documentos solicitados.

Atenciosamente,


André Resende Padilha
Assessor Especial

Excelentíssimo Senhor.
Vereador José Roberto Reis Filgueiras
Presidente da Câmara Municipal
Rua Santa Cruz
36500-000 – Ubá – MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 62/2018

Que, entre si celebram o MUNICÍPIO DE UBÁ-MG e o
CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES
PENAS DA COMARCA DE UBÁ.

Por este instrumento que celebram entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE UBÁ-MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sua Prefeitura estabelecida na Praça São Januário, 238, centro, Ubá-MG, CEP 36500-066, inscrito no CNPJ sob o número 18.128.207/0001-01, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Edson Teixeira Filho, RG MG-123.777, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, o **CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE UBÁ**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o número 24.551.119/0001-10, com sede na Av. Senador Levidino Coelho, s/n, Ubá-MG, CEP 36506-130, neste ato representada por seu Presidente, Miguel Arcanjo de Paula Batista, brasileiro, casado, contador, CPF 472.479.166-72, RG nº 2.799.096, SSP-MG, com endereço na Rua São José, 406 Loja H, Galeria dos Viajantes, Ubá-MG, CEP 36500-026, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, mediante a estipulação das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente instrumento tem por objeto o repasse de contribuição do MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, autorizada pela Lei Municipal nº 4.566, de 06 de julho de 2018, para desenvolvimento de ações de manutenção e ampliação do Projeto Olho Vivo, de vigilância eletrônica por câmeras em vias públicas, consoante plano de trabalho aprovado e disposições da Lei Federal 13.019/14.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Chamamento Público

Parceria celebrada com inexigibilidade de chamamento público, com fundamento no art. 31, II, da Lei Federal 13.019/14.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações das Partes

Subcláusula Primeira – Do Município:

O MUNICÍPIO se obriga a:

I – Repassar os recursos necessários ao desenvolvimento do objeto do presente Termo de Colaboração nas datas definidas no cronograma financeiro especificada na Cláusula Quarta;

II – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria por meio do Gestor da Parceria designado e da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

III – Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

IV – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico do Gestor da Parceria até a data limite estabelecida na Cláusula Décima;

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

As despesas decorrentes do repasse estabelecido nesta Cláusula correrão por conta da seguinte dotação consignada no orçamento vigente: 02 11 04 06 122 0005 0.106 335041 F-2645.

Subcláusula Segunda - Especificações do Repasse:

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com cronograma de desembolso aprovado e depositadas na conta específica indicada pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO SOCIAL com relação a outras cláusulas básicas;

III – quando a ORGANIZAÇÃO SOCIAL deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo Gestor da Parceria ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Subcláusula Quarta – No caso de parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

Subcláusula Quinta - No caso de cancelamento de restos a pagar, o MUNICÍPIO autorizará que a ORGANIZAÇÃO SOCIAL reduza os quantitativos previstos no Plano de Trabalho, até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA QUINTA – DO GESTOR DA PARCERIA

A parceria terá como gestor servidor designado pelo Prefeito ou pelo Secretário Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana, com as seguintes atribuições:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II – Avaliar o andamento e concluir se o objeto da parceria foi executado conforme pactuado;

III – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação, o qual deverá conter:

- a) A descrição sumária das atividades e metas estabelecidas no plano de trabalho;
- b) A análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) Os valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados;
- d) Quando for o caso, os valores pagos em espécie, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
- e) A análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL na prestação de contas;

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

V – Disponibilizar em seu site oficial na internet (Portal da Transparência), informações sobre a parceria ora celebrada por prazo não inferior a 8 (oito) anos, contados da apreciação da prestação de contas final.

Subcláusula segunda – Da ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL se obriga a:

I – Divulgar em seu site de internet, caso o tenha, e/ou em locais visíveis de sua sede social, a parceria ora celebrada com o MUNICÍPIO;

II – Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria, em instituição financeira oficial;

III – Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

IV – Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer omissão do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

V – Permitir o livre acesso dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Gestor da Parceria, dos órgãos de controle externo, dos Conselheiros Municipais da área afim, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferência objetos deste Termo, bem como aos locais de execução das atividades constantes do Plano de Trabalho;

VI – Apresentar prestação de contas que contenha elementos que permitam ao Gestor da Parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas;

VII – Manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas. Caso a ORGANIZAÇÃO SOCIAL encerre suas atividades antes de esgotado esse prazo, deverá transferir todos os documentos, com recibo de entrega, à Secretaria Municipal afeta ao Termo de Parceria;

VIII – Informar à administração municipal, por meio do Gestor da Parceria, qualquer alteração da composição de sua diretoria, endereço, telefone ou no Estatuto Social.

CLÁUSULA QUARTA – Da Programação Orçamentária e Financeira

O MUNICÍPIO repassará à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, no presente exercício, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a crédito da seguinte conta bancária: banco 001, ag. 0270-4, c/c 63202-3, conforme cronograma financeiro de desembolso abaixo especificado:

MÊS	Data Máxima para liberação	Valor R\$	Data Máxima para execução
Novembro/18	07/12/2018	280.000,00	31.03.2019
Dezembro/18	20/12/2018	5.000,00	31.03.2019
Janeiro/19	20/01/2019	5.000,00	31.03.2019
Fevereiro/19	20/02/2019	5.000,00	31.03.2019
Março/19	20/03/2019	5.000,00	31.03.2019

Subcláusula Primeira – Da Classificação Orçamentária:

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

f) Análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;

g) Informar ao Secretário Municipal da secretaria a que estiver vinculada a parceria a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.

V – Cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei Federal 13.019/14 e em regulamento editado pelo MUNICÍPIO.

Subcláusula Única – Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou afastar-se temporariamente de suas atividades ou ainda ser lotado em outro órgão ou entidade, o Secretário Municipal da secretaria a que estiver vinculada a parceria designará o novo gestor, assumindo, enquanto não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do objeto da presente parceria serão realizados por comissão nomeada pelo Prefeito ou pelo Secretário Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana, que se incumbirá dos procedimentos do acompanhamento das parcerias celebradas, em caráter preventivo e saneador, para apoiar a boa e regular gestão das parcerias, por meio de análise de documentos, pesquisas de satisfação e visitas *in loco*, ficando a mesma obrigada a:

I – Emitir relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

II – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do presente termo de Colaboração, o qual, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) Valores efetivamente transferidos pelo MUNICÍPIO e valores comprovadamente utilizados;
- d) Os valores pagos a título de custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
- e) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL;
- f) Análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida estabelecida neste instrumento. Aplica-se, todavia, o disposto no convênio de cooperação técnica e operacional nº 47/2018, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, através da Polícia Militar de Minas Gerais, o Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, através do Fórum Desembargador Cândia Prazeres, o Município e a Organização Social.

CLÁUSULA OITAVA – DAS VEDAÇÕES

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá executar o objeto do plano de trabalho vinculado ao presente Termo de Colaboração com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo-lhe vedado:

- I - Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- III - Modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela administração pública;
- IV - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- V - Realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;
- VI - Efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da administração pública;
- VII - Transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;
- VIII - Realizar despesas com:
 - a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
 - b) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal;
 - c) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não esteja ligado diretamente à execução do objeto;
 - d) Obras que caracterizam a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
 - e) Contratação de despesas com auditoria externa.

CLÁUSULA NONA – MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência da presente parceria serão depositados e geridos em conta bancária específica de titularidade da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, em instituição financeira oficial e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta(s) de poupança, se a previsão de seu uso for superior a 1(um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a um mês.

Subcláusula Primeira - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária de titularidade dos fornecedores ou prestadores de serviço, observado o previsto na subcláusula terceira;

Subcláusula Segunda - Fica autorizada a aplicação dos rendimentos das aplicações financeiras na ampliação de metas do objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula Terceira - Estando comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, em função das peculiaridades do objeto da parceria, admitir-se-á o pagamento mediante cheque nominal aos fornecedores ou prestadores de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-068 UBÁ-MG www.uba-mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL prestará contas da utilização dos recursos financeiros repassados por força deste Termo de Colaboração, no prazo máximo de 90 dias do término de sua vigência, instruída, pelo menos, com os seguintes documentos:

- I - comprovante das despesas realizadas (notas fiscais ou outro documento de valor fiscal);
- II - comprovante do pagamento (transferência bancária);
- III - extrato de movimentação de conta bancária vinculada ao Termo, incluídas as aplicações financeiras;
- IV - Relatório da Execução do Objeto, assinado pelo representante legal da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;
- V - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo representante legal da ORGANIZAÇÃO SOCIAL e do contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

Subcláusula única - A análise da prestação de contas final deverá ocorrer em até 150 (cento e cinquenta) dias da sua apresentação, período em que o MUNICÍPIO poderá solicitar informações ou documentação complementares. Esse período poderá ser justificadamente prorrogado, com obrigatória comunicação da prorrogação à ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DE VALORES

Em caso de uso irregular ou indevido dos recursos repassados, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL será notificada a sanar as irregularidades ou restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores, atualizados a partir da data de recebimento, pelo Fator de Atualização Monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS PERMANENTES E DIREITOS REMANESCENTES

Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria serão inalienáveis, devendo ser restituídos ao MUNICÍPIO ao término da parceria, em plenas condições de uso, ressalvados os desgastes naturais da utilização, se outra destinação não for pactuada à época.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DIVULGAÇÃO

O presente Termo de Colaboração terá vigência a partir de sua assinatura, vigorando até 31 de março de 2019, permitida a prorrogação. Será publicado por extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município e seu inteiro teor estará disponível para consulta pública no Portal da Transparência, no sítio de internet da Prefeitura Municipal de Ubá.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Colaboração será rescindido de pleno direito independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em caso de infração de quaisquer cláusulas ou condições, ou, de acordo com a manifestação de uma das partes dessa intenção comunicada por escrito no prazo mínimo de sessenta dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PLANO DE TRABALHO

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-068 UBÁ-MG www.uba-mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

O plano de trabalho aprovado, do qual constam as atividades a serem desenvolvidas, as metas a serem alcançadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, forma de contrapartida (quando for o caso) e outros elementos norteadores do objeto da parceria, é parte integrante e indissociável deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O descumprimento de quaisquer cláusulas deste Termo ensejará medidas judiciais cabíveis, caso não satisfeitas pela via administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Será competente o foro da Comarca de Ubá-MG para dirimir eventuais questões decorrentes do presente Termo de Parceria, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordados, firmam os partícipes o presente instrumento em duas vias de igual teor o forma, juntamente com as duas testemunhas que comparecem ao ato.

Ubá, MG, 28 de novembro de 2018

Edson Teixeira Filho
Prefeito de Ubá

Miguel Arcanjo de Paula Batista
Representante Legal da Organização Social

Visto.

Procuradoria-Geral do Município
Eduardo Rincó
PROCURADOR GERAL
OAB/MG 28.596

Testemunhas:

1)
Nome e CPF
Edson Teixeira Filho
Ag. Administrativo - Mat. 1553
CPF: 530.119.526-53

2)
Nome e CPF
Nylissa B. Neves
Ag. Administrativo
Mat. 5596

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-068 UBÁ-MG www.uba-mg.gov.br



PLANO DE TRABALHO PARA PARCERIA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LEI FEDERAL 13.019/14

1- PROPONENTE – OSC.

1- ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE UBÁ		2- CNPJ: 24.551.119/0001-10	
3- ENDEREÇO: AV. SENADOR LEVINDO COELHO - SN			
4- CIDADE: UBÁ	5- UF: MG	6- CEP: 36.506-130	7- DDO/TELEFONE (32) 9 9965-4436
10- NOME DO RESPONSÁVEL (Presidente da OSC): MIGUEL ARCANJO DE PAULA BATISTA		11- CPF: 472.479.166-72	
		12- C.I. ÓRGÃO EXPEDIDOR: M-2.799.096 – SSP-MG	
13- ENDEREÇO: Rua São José, 406 – loja H – Galeria dos Viajantes			
14- CIDADE: UBÁ	15- UF: MG	16- CEP: 36.500-026	17- BANCO/AG/CONTA DA OSC 001-0270/4- 63202/3

2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO.

20- TÍTULO DO PROJETO: PROJETO OLHO VIVO	21- PERÍODO DE EXECUÇÃO: Início: 01.11.2018 Término: 31.03.2019
22- IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: MANUTENÇÃO DE CAMERAS E COMPRA DE EQUIPAMENTOS PARA A SEGUNDA FASE DO PROJETO OLHO VIVO	
23- RAZÕES DA PROPOSIÇÃO E INTERESSE PÚBLICO NA SUA REALIZAÇÃO: O presente projeto tem por desiderato a angariação de recursos junto aos órgãos dos poderes constituídos, que permitam a <u>instalação de malha de sistema de monitoramento eletrônico, composto por câmeras, em vias e logradouros públicos na cidade de Ubá/MG</u> , que em outros lugares onde fora implementado, se tornou popularmente como “olho vivo” que auxilia a identificação de autores de crimes praticados em seu espaço de abrangência, e, ainda, na inibição destes mesmos agentes. Que, temendo	

serem identificados e presos, seriam desestimulados na prática dos crimes. Esse projeto consiste na segunda parte do projeto, que é a expansão da primeira fase, para os entornos da região central, e, finalmente, que constará ainda de uma terceira fase, para a região periférica.

3 - OBJETIVOS

3.1 - Objetivo geral:

Como referido, o objetivo do projeto é a diminuição da criminalidade, na cidade de Ubá, bem como colima proporcionar maior segurança à comunidade como um todo

3.2 - Objetivos específicos

Concretamente às atribuições do Conselho da Comunidade, dentro de uma perspectiva específica, o objetivo da instalação da rede de monitoramento eletrônico também reside na diminuição da reincidência dos egressos da Cadeia Pública.

Como é cediço, uma parcela consideravelmente alta de egressos das cadeias em geral, retornam ao mundo da criminalidade, diante de duas molas propulsoras. A uma, é a ausência de oportunidade no mercado de trabalho, experimentada por aqueles que saem do estabelecimento prisional, seja pelo cumprimento integral da pena, seja por causa do benefício do livramento condicional, ou da progressão do regime de cumprimento de pena, o certo é que a pecha de ex-presidiário os acompanham muito além dos muros prisionais, proporcionando o que se pode classificar como um etiquetamento negativo.

No ponto, abrimos um parêntese para rememorar que a crise econômica potencializa esta condição do egresso, uma vez que o empresariado rejeita a ideia de empregar o ex-presidiário.

A duas, é consideravelmente, em igual medida, o efeito de arrastamento proporcionado pela onda de crimes, sendo receptível, que a escalada da criminalidade se verifica em razão geométrica, uma vez que é ingente a adesão de novos agentes criminosos, principalmente dos egressos, que se encontram sem perspectivas após deixarem o sistema prisional.

De tal sorte, a instalação e a operacionalização regular do "Projeto Olho Vivo" trará benefícios para a sociedade, para o empresariado, e, também para os egressos no Presídio local, iniciando, ao revés do panorama anterior, um ciclo virtuoso, com o resgate da tranquilidade e sossego, experimentados outrora.

Página 2 de 4

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

24-META	25-ETAPA OU FASE	26-ESPECIFICAÇÃO/ LOCALIDADE	27-INDICADOR FÍSICO		30-DURAÇÃO	
			28-UNIDADE	29-QUANT.	31-INÍCIO	32-TÉRMINO
1	1	Manutenção rede olho vivo	Verba	Verba	Nov/2018	Mar/2019
2	1	Ampliação rede olho vivo	verba	verba	Dez/2018	Mar/2019

5 - PLANO DE APLICAÇÃO / ORÇAMENTO

33-SERVIÇO OU BEM ADQUIRIDO	34-UNID	35-QUANT	36-VALOR UNITÁRIO MENSAL	37-VALOR PARCIAL	38-CONCENDE TE	39-PROPONENT E
Manutenção câmeras	u	19	263,15	5.000,00	5.000,00	0,00
Compra materiais(planilha anexa)	verba	verba	270.000,00	270.000,00	270.000,00	0,00
SUBTOTAL				R\$ 300.000,00		

40-TOTAL GERAL (CONCEDENTE + PROPONENTE): R\$ 300.000,00

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

41-CONCEDENTE (REPASSE)

ANO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2018					10.000,00	5.000,00

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN
2019	5.000,00	5.000,00	5.000,00			

ANO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2019						

7 - RELAÇÃO DE ANEXOS QUE INTEGRAM O PLANO DE TRABALHO

1. Estatutos sociais registrados;
2. Ata de eleição e posse da diretoria atual;
3. Certidão Negativa de Débito Federal/INSS;
4. Certificado de Regularidade com o FGTS;
5. Certidão Negativa de Débito Municipal;

Página 3 de 4

6. Relação nominal com endereço dos membros da diretoria da OSC;

8 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante da proponente, venho declarar à PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ que:

- a) Seus dirigentes não são membros de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, seus cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- b) Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária de titularidade dos fornecedores ou prestadores de serviço;
- c) A proponente não possui impedimento legal para realizar a presente parceria;
- d) O objeto do presente plano de trabalho é compatível com os objetivos estatutários da Proponente, que detém capacidade técnica e operacional para sua execução;
- e) A proponente está ciente de que a prestação de contas será feita exclusivamente via Portal da Transparência da Prefeitura de Ubá e que irá preservar os documentos originais integrantes da prestação de contas pelo prazo de 10 (dez) anos após a aprovação da prestação de contas.

Com isso, pede-se o DEFERIMENTO do Projeto e Plano de Trabalho.

Ubá, MG, 28 DE NOVEMBRO DE 2018

Assinatura do Representante OSC

9 - APROVAÇÃO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

☒ APROVO. () NÃO APROVO.

Ubá, MG, 28, 11, 2018

Secretário Municipal
Edson Teixeira Filho
PREFEITO DE UBÁ-MG

Página 4 de 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 62/2018

Que, entre si celebram o MUNICÍPIO DE UBÁ-MG e o CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE UBÁ.

Por este instrumento que celebram entre si, de um lado o MUNICÍPIO DE UBÁ-MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sua Prefeitura estabelecida na Praça São João, 238, centro, Ubá-MG, CEP 36500-066, inscrito no CNPJ sob o número 18.128.207/0001-01, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Edson Teixeira Filho, RG MG-123.777, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e, de outro lado, o CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE UBÁ, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o número 24.551.119/0001-10, com sede na Av. Senador Levidino Coelho, s/n, Ubá-MG, CEP 36508-130, neste ato representada por seu Presidente, Miguel Arcanjo de Paula Batista, brasileiro, casado, contador, CPF 472.479.166-72, RG nº 2.799.096, SSP-MG, com endereço na Rua São José, 406 Loja H, Galeria dos Viajantes, Ubá-MG, CEP 36500-026, doravante denominada ORGANIZAÇÃO SOCIAL, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, mediante a estipulação das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente instrumento tem por objeto o repasse de contribuição do MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, autorizada pela Lei Municipal nº 4.566, de 06 de julho de 2018, para desenvolvimento de ações de manutenção e ampliação do Projeto Olho Vivo, de vigilância eletrônica por câmeras em vias públicas, consoante plano de trabalho aprovado e disposições da Lei Federal 13.019/14.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Chamamento Público

Parceria celebrada com inexistência de chamamento público, com fundamento no art. 31, II, da Lei Federal 13.019/14.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Obrigações das Partes

Subcláusula Primeira - Do Município:

O MUNICÍPIO se obriga a:

- I - Repassar os recursos necessários ao desenvolvimento do objeto do presente Termo de Colaboração nas datas definidas no cronograma financeiro especificada na Cláusula Quarta;
- II - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria por meio do Gestor da Parceria designado e da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- III - Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- IV - Emitir parecer técnico conclusivo da análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico do Gestor da Parceria até a data limite estabelecida na Cláusula Décima;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

V – Disponibilizar em seu site oficial na internet (Portal da Transparência), informações sobre a parceria ora celebrada por prazo não inferior a 8 (oito) anos, contados da apreciação da prestação de contas final.

Subcláusula segunda – Da ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL se obriga a:

- I – Divulgar em seu site de internet, caso o tenha, e/ou em locais visíveis de sua sede social, a parceria ora celebrada com o MUNICÍPIO;
- II – Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria, em instituição financeira oficial;
- III – Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- IV – Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao cumprimento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- V – Permitir o livre acesso dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Gestor da Parceria, dos órgãos de controle externo, dos Conselheiros Municipais da área afim, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferência objetos deste Termo, bem como aos locais de execução das atividades constantes do Plano de Trabalho;
- VI – Apresentar prestação de contas que contenha elementos que permitam ao Gestor da Parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas;
- VII – Manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas. Caso a ORGANIZAÇÃO SOCIAL encerre suas atividades antes de esgotado esse prazo, deverá transferir todos os documentos, com recibo de entrega, à Secretaria Municipal afeta ao Termo de Parceria;
- VIII – Informar à administração municipal, por meio do Gestor da Parceria, qualquer alteração da composição de sua diretoria, endereço, telefone ou no Estatuto Social.

CLÁUSULA QUARTA – Da Programação Orçamentária e Financeira

O MUNICÍPIO repassará à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, no presente exercício, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a crédito da seguinte conta bancária: banco 001, ag. 0270-4, c/c 63202-3, conforme cronograma financeiro de desembolso abaixo especificado:

MÊS	Data Máxima para liberação	Valor R\$	Data Máxima para execução
Novembro/18	07/12/2018	280.000,00	31.03.2019
Dezembro/18	20/12/2018	5.000,00	31.03.2019
Janeiro/19	20/01/2019	5.000,00	31.03.2019
Fevereiro/18	20/02/2019	5.000,00	31.03.2019
Março/18	20/03/2019	5.000,00	31.03.2019

Subcláusula Primeira – Da Classificação Orçamentária:

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

As despesas decorrentes do repasse estabelecido nesta Cláusula correrão por conta da seguinte dotação consignada no orçamento vigente: 02 11 04 06 122 0005 0.106 335041 F-2645.

Subcláusula Segunda - Especificações do Repasse:

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com cronograma de desembolso aprovado e depositadas na conta específica indicada pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;
- II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO SOCIAL com relação a outras cláusulas básicas;
- III – quando a ORGANIZAÇÃO SOCIAL deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo Gestor da Parceria ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Subcláusula Quarta – No caso de parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

Subcláusula Quinta – No caso de cancelamento de restos a pagar, o MUNICÍPIO autorizará que a ORGANIZAÇÃO SOCIAL reduza os quantitativos previstos no Plano de Trabalho, até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA QUINTA – DO GESTOR DA PARCERIA

A parceria terá como gestor servidor designado pelo Prefeito ou pelo Secretário Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana, com as seguintes atribuições:

- I – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II – Avaliar o andamento e concluir se o objeto da parceria foi executado conforme pactuado;
- III – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação, o qual deverá conter:
 - a) A descrição sumária das atividades e metas estabelecidas no plano de trabalho;
 - b) A análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - c) Os valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados;
 - d) Quando for o caso, os valores pagos em espécie, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
 - e) A análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL na prestação de contas;

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

- f) Análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;
- g) Informar ao Secretário Municipal da secretaria a que estiver vinculada a parceria a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.
- V – Cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei Federal 13.019/14 e em regulamento editado pelo MUNICÍPIO.

Subcláusula Única – Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou afastar-se temporariamente de suas atividades ou ainda ser lotado em outro órgão ou entidade, o Secretário Municipal da secretaria a que estiver vinculada a parceria designará o novo gestor, assumindo, enquanto não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do objeto da presente parceria serão realizados por comissão nomeada pelo Prefeito ou pelo Secretário Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana, que se incumbirá dos procedimentos do acompanhamento das parcerias celebradas, em caráter preventivo e saneador, para apoiar a boa e regular gestão das parcerias, por meio de análise de documentos, pesquisas de satisfação e visitas *in loco*, ficando a mesma obrigada a:

- I – Emitir relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;
- II – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do presente termo de Colaboração, o qual, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
 - a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
 - b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - c) Valores efetivamente transferidos pelo MUNICÍPIO e valores comprovadamente utilizados;
 - d) Os valores pagos a título de custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
 - e) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL;
 - f) Análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida estabelecida neste instrumento. Aplica-se, todavia, o disposto no convênio de cooperação técnica e operacional nº. 47/2018, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, através da Polícia Militar de Minas Gerais, o Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, através do Fórum Desembargador Cândio Prazeres, o Município e a Organização Social.

CLÁUSULA OITAVA – DAS VEDAÇÕES

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá executar o objeto do plano de trabalho vinculado ao presente Termo de Colaboração com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo-lhe vedado:

- I – Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II – Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- III – Modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela administração pública;
- IV – Utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- V – Realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;
- VI – Efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da administração pública;
- VII – Transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;
- VIII – Realizar despesas com:
 - a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
 - b) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
 - c) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não esteja ligado diretamente à execução do objeto;
 - d) Obras que caracterizam a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
 - e) Contratação de despesas com auditoria externa.

CLÁUSULA NONA – MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência da presente parceria serão depositados e geridos em conta bancária específica de titularidade da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, em instituição financeira oficial e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta(s) de poupança, se a previsão de seu uso for superior a 1(um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a um mês.

Subcláusula Primeira – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária de titularidade dos fornecedores ou prestadores de serviço, observado o previsto na subcláusula terceira;

Subcláusula Segunda – Fica autorizada a aplicação dos rendimentos das aplicações financeiras na ampliação de metas do objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula Terceira – Estando comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, em função das peculiaridades do objeto da parceria, admitir-se-á o pagamento mediante cheque nominal aos fornecedores ou prestadores de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL prestará contas da utilização dos recursos financeiros repassados por força deste Termo de Colaboração, no prazo máximo de 90 dias do término de sua vigência, instruída, pelo menos, com os seguintes documentos:

I – comprovante das despesas realizadas (notas fiscais ou outro documento de valor fiscal);

II – comprovante do pagamento (transferência bancária);

III – extrato de movimentação de conta bancária vinculada ao Termo, incluídas as aplicações financeiras;

IV – Relatório da Execução do Objeto, assinado pelo representante legal da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;

V – Relatório de Execução Financeira, assinado pelo representante legal da ORGANIZAÇÃO SOCIAL e do contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

Subcláusula única - A análise da prestação de contas final deverá ocorrer em até 150 (cento e cinquenta) dias da sua apresentação, período em que o MUNICÍPIO poderá solicitar informações ou documentação complementares. Esse período poderá ser justificadamente prorrogado, com obrigatória comunicação da prorrogação à ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DE VALORES

Em caso de uso irregular ou indevido dos recursos repassados, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL será notificada a sanar as irregularidades ou restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores, atualizados a partir da data de recebimento, pelo Fator de Atualização Monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS PERMANENTES E DIREITOS REMANESCENTES

Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria serão inalienáveis, devendo ser restituídos ao MUNICÍPIO ao término da parceria, em plenas condições de uso, ressalvados os desgastes naturais da utilização, se outra destinação não for pactuada à época.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DIVULGAÇÃO

O presente Termo de Colaboração terá vigência a partir de sua assinatura, vigorando até 31 de março de 2019, permitida a prorrogação. Será publicado por extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município e seu inteiro teor estará disponível para consulta pública no Portal da Transparência, no sítio de internet da Prefeitura Municipal de Ubá.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Colaboração será rescindido de pleno direito independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em caso de infringência de quaisquer cláusulas ou condições, ou, de acordo com a manifestação de uma das partes dessa intenção comunicada por escrito no prazo mínimo de sessenta dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PLANO DE TRABALHO

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

O plano de trabalho aprovado, do qual constam as atividades a serem desenvolvidas, as metas a serem alcançadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, forma de contrapartida (quando for o caso) e outros elementos norteadores do objeto da parceria, é parte integrante e indissociável deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O descumprimento de quaisquer cláusulas deste Termo ensejará medidas judiciais cabíveis, caso não satisfeitas pela via administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Será competente o foro da Comarca de Ubá-MG para dirimir eventuais questões decorrentes do presente Termo de Parceria, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordos, firmam os partícipes o presente instrumento em duas vias de igual teor o forma, juntamente com as duas testemunhas que comparecem ao ato.

Ubá, MG, 28 de novembro de 2018

Edson Teixeira Filho
Prefeito de Ubá

Miguel Arcanjo de Paula Batista
Representante Legal da Organização Social

Visto.

Procuradoria-Geral do Município
Eduardo Rincó
PROCURADOR GERAL
OAB/MG 26.596

Testemunhas:

1)
Nome e CPF Edson de Castro Duriguetto
Ag. Administrativo - Mat. 1553
CPF: 530.119.526-53

2)
Nome e CPF Nyfissa B. Neves
Ag. Administrativo
Mat. 5596

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br



PLANO DE TRABALHO PARA PARCERIA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LEI FEDERAL 13.019/14

1- PROPONENTE – OSC.

1- ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:		2- CNPJ:	
CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE UBÁ		24.551.119/0001-10	
3- ENDEREÇO:			
AV. SENADOR LEVINDO COELHO - SN			
4- CIDADE:	5- UF:	6- CEP:	7- DD/TELEFONE (32) 9 9965-4436
UBA	MG	36.506-130	9- SITE:
10- NOME DO RESPONSÁVEL (Presidente da OSC):			
MIGUEL ARCANJO DE PAULA BATISTA			
11- CPF: 472.479.166-72		12- C.I./ÓRGÃO EXPEDIDOR:	
		M-2.799.096 – SSP-MG	
13- ENDEREÇO:			
Rua São José, 406 – loja H – Galeria dos Viajantes			
14- CIDADE:	15- UF:	16- CEP:	17- BANCO/AG/CONTA DA OSC
UBA	MG	36.500-026	001-0270/4- 63202/3

2- DESCRIÇÃO DO PROJETO.

20- TÍTULO DO PROJETO:	21- PERÍODO DE EXECUÇÃO:
PROJETO OLHO VIVO	Início: 01.11.2018 Término: 31.03.2019
22- IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:	
MANUTENÇÃO DE CAMERAS E COMPRA DE EQUIPAMENTOS PARA A SEGUNDA FASE DO PROJETO OLHO VIVO	
23- RAZÕES DA PROPOSIÇÃO E INTERESSE PÚBLICO NA SUA REALIZAÇÃO:	
O presente projeto tem por desiderato a angariação de recursos junto aos órgãos dos poderes constituídos, que permitam a <u>instalação de malha de sistema de monitoramento eletrônico, composto por câmeras, em vias e logradouros públicos na cidade de Ubá/MG</u> , que em outros lugares onde fora implementado, se tornou popularmente como "olho vivo" que auxilia a identificação de autores de crimes praticados em seu espaço de abrangência, e, ainda, na inibição destes mesmos agentes. Que, temendo	

serem identificados e presos, seriam desestimulados na prática dos crimes. Esse projeto consiste na segunda parte do projeto, que é a expansão da primeira fase, para os entornos da região central, e, finalmente, que constará ainda de uma terceira fase, para a região periférica.

3 – OBJETIVOS

3.1 – Objetivo geral:

Como referido, o objetivo do projeto é a diminuição da criminalidade, na cidade de Ubá, bem como colimar proporcionar maior segurança à comunidade como um todo

3.2 – Objetivos específicos

Concretamente às atribuições do Conselho da Comunidade, dentro de uma perspectiva específica, o objetivo da instalação da rede de monitoramento eletrônico também reside na diminuição da reincidência dos egressos da Cadeia Pública.

Como é cediço, uma parcela consideravelmente alta de egressos das cadeias em geral, retornam ao mundo da criminalidade, diante de duas molas propulsoras. A uma, é a ausência de oportunidade no mercado de trabalho, experimentada por aqueles que saem do estabelecimento prisional, seja pelo cumprimento integral da pena, seja por causa do benefício do livramento condicional, ou da progressão do regime de cumprimento de pena, o certo é que a pecha de ex-presidiário os acompanha muito além dos muros prisionais, proporcionando o que se pode classificar como um etiquetamento negativo.

No ponto, abrimos um parêntese para rememorar que a crise econômica potencializa esta condição do egresso, uma vez que o empresariado rejeita a ideia de empregar o ex-presidiário.

A duas, é consideravelmente, em igual medida, o efeito de arrastamento proporcionado pela onda de crimes, sendo receptível, que a escalada da criminalidade se verifica em razão geométrica, uma vez que é ingente a adesão de novos agentes criminosos, principalmente dos egressos, que se encontram sem perspectivas após deixarem o sistema prisional.

De tal sorte, a instalação e a operacionalização regular do "Projeto Olho Vivo" trará benefícios para a sociedade, para o empresariado, e, também para os egressos no Presídio local, iniciando, ao revés do panorama anterior, um ciclo virtuoso, com o resgate da tranquilidade e sossego, experimentados outrora.

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

24-META			25-ETAPAS OU FASE	26-ESPECIFICAÇÃO/ LOCALIDADE	27-INDICADOR FÍSICO	30-DURAÇÃO		
					28-UNIDADE	29-QUANT.	31-INÍCIO	32-TÉRMINO
1			1	Manutenção rede olho vivo	Verba	Verba	Nov/2018	Mar/2019
2			1	Ampliação rede olho vivo	verba	verba	Daz/2018	Mar/2019

5 - PLANO DE APLICAÇÃO / ORÇAMENTO

33-SERVIÇO OU BEM ADQUIRIDO	34-UNID	35-QUANT	36-VALOR UNITÁRIO MENSAL	37-VALOR PARCIAL	38-CONCEDENTE	39-PROPONENTE
Manutenção câmeras	u	19	263,15	5.000,00	5.000,00	0,00
Compra materiais(planilha anexa)	verba	verba	270.000,00	270.000,00	270.000,00	0,00
SUBTOTAL				R\$ 300.000,00		

40-TOTAL GERAL (CONCEDENTE + PROPONENTE): R\$ 300.000,00

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

41-CONCEDENTE (REPASSE)

ANO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2018					10.000,00	5.000,00
					270.000,00	
ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN
2019	5.000,00	5.000,00	5.000,00			
ANO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2019						

7 - RELAÇÃO DE ANEXOS QUE INTEGRAM O PLANO DE TRABALHO

1. Estatutos sociais registrados;
2. Ata de eleição e posse da diretoria atual;
3. Certidão Negativa de Débito Federal/INSS;
4. Certificado de Regularidade com o FGTS;
5. Certidão Negativa de Débito Municipal;

Página 3 de 4

6. Relação nominal com endereço dos membros da diretoria da OSC;

8 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante da proponente, venho declarar à PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ que:

- a) Seus dirigentes não são membros de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, seus cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- b) Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária de titularidade dos fornecedores ou prestadores de serviço;
- c) A proponente não possui impedimento legal para realizar a presente parceria;
- d) O objeto do presente plano de trabalho é compatível com os objetivos estatutários da Proponente, que detém capacidade técnica e operacional para sua execução;
- e) A proponente está ciente de que a prestação de contas será feita exclusivamente via Portal da Transparência da Prefeitura de Ubá e que irá preservar os documentos originais integrantes da prestação de contas pelo prazo de 10 (dez) anos após a aprovação da prestação de contas.

Com isso, pede-se o DEFERIMENTO do Projeto e Plano de Trabalho.

Ubá, MG, 28 DE NOVEMBRO DE 2018

Assinatura do Representante OSC

9 - APROVAÇÃO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

☒ APROVO. () NÃO APROVO.

Ubá, MG, 28, 11, 2018

Edson Teixeira
Secretário Municipal
PREFEITO DE UBÁ-MG

Página 4 de 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 48/2019

Que, entre si celebram o MUNICÍPIO DE UBÁ-MG e o CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE UBÁ.

Por este instrumento que celebram entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE UBÁ-MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sua Prefeitura estabelecida na Praça São Januário, 238, centro, Ubá-MG, CEP 36500-066, inscrito no CNPJ sob o número 18.128.207/0001-01, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Edson Teixeira Filho, RG MG-123.777, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e, de outro lado, o **CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE UBÁ**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o número 24.551.119/0001-10, com sede na Av. Senador Levidino Coelho, s/n, Ubá-MG, CEP 36506-130, neste ato representada por seu Presidente, Miguel Archanjo de Paula Batista, brasileiro, casado, contador, CPF 472.479.166-72, RG nº 2.799.096, SSP-MG, com endereço na Rua São José, 406 Loja H, Galeria dos Viajantes, Ubá-MG, CEP 36500-026, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, mediante a estipulação das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente instrumento tem por objeto o repasse de contribuição do MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, autorizada pela Lei Municipal nº 4.649, de 11 de janeiro de 2019, de 06 de julho de 2018, para desenvolvimento de ações de manutenção do Projeto Olho Vivo, de vigilância eletrônica por câmeras em vias públicas, consoante plano de trabalho aprovado e disposições da Lei Federal 13.019/14.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Chamamento Público

Parceria celebrada com inexistência de chamamento público, com fundamento no art. 31, II, da Lei Federal 13.019/14.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Obrigações das Partes

Subcláusula Primeira - Do Município:

O MUNICÍPIO se obriga a:

- I - Repassar os recursos necessários ao desenvolvimento do objeto do presente Termo de Colaboração nas datas definidas no cronograma financeiro especificada na Cláusula Quarta;
- II - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria por meio do Gestor da Parceria designado e da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ ESTADO DE MINAS GERAIS

- III - Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- IV - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico do Gestor da Parceria até a data limite estabelecida na Cláusula Décima;
- V - Disponibilizar em seu site oficial na internet (Portal da Transparência), informações sobre a parceria ora celebrada por prazo não inferior a 8 (oito) anos, contados da apreciação da prestação de contas final.

Subcláusula segunda - Da ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL se obriga a:

- I - Divulgar em seu site de internet, caso o tenha, e/ou em locais visíveis de sua sede social, a parceria ora celebrada com o MUNICÍPIO;
- II - Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria, em instituição financeira oficial;
- III - Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- IV - Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- V - Permitir o livre acesso dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Gestor da Parceria, dos órgãos de controle externo, dos Conselheiros Municipais da área afim, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferência objetos deste Termo, bem como aos locais de execução das atividades constantes do Plano de Trabalho;
- VI - Apresentar prestação de contas que contenha elementos que permitam ao Gestor da Parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas;
- VII - Manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas. Caso a ORGANIZAÇÃO SOCIAL encerre suas atividades antes de escoado esse prazo, deverá transferir todos os documentos, com recibo de entrega, à Secretaria Municipal afeta ao Termo de Parceria;
- VIII - Informar à administração municipal, por meio do Gestor da Parceria, qualquer alteração da composição de sua diretoria, endereço, telefone ou no Estatuto Social.

CLÁUSULA QUARTA - Da Programação Orçamentária e Financeira

O MUNICÍPIO repassará à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, no presente exercício, o valor de R\$ 181.298,15 (cento e oitenta e um mil, duzentos e noventa e oito reais, quinze centavos), a crédito da seguinte conta bancária: banco 001, ag. 0270-4, c/c 63202-3, conforme cronograma financeiro de desembolso abaixo especificado:

MÊS	Data Máxima para	Valor R\$	Data Máxima para
-----	------------------	-----------	------------------

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

	liberação		execução
Ago/19	31/08/2019	10.922,95	31/12/2020
Set/19	30/09/2019	10.648,45	31/12/2020
Out/19	31/10/2019	10.648,45	31/12/2020
Nov/19	30/11/2019	10.648,45	31/12/2020
Dez/19	31/12/2019	10.648,45	31/12/2020
Jan/20	31/01/2020	10.648,45	31/12/2020
Fev/20	29/02/2020	10.648,45	31/12/2020
Mar/20	31/03/2020	10.648,45	31/12/2020
Abr/20	30/04/2020	10.648,45	31/12/2020
Mai/20	31/05/2020	10.648,45	31/12/2020
Jun/20	30/06/2020	10.648,45	31/12/2020
Jul/20	31/07/2020	10.648,45	31/12/2020
Ago/20	31/08/2020	10.648,45	31/12/2020
Set/20	30/09/2020	10.648,45	31/12/2020
Out/20	31/10/2020	10.648,45	31/12/2020
Nov/20	30/11/2020	10.648,45	31/12/2020
Dez/20	31/12/2020	10.648,45	31/01/2021

Subcláusula Primeira – Da Classificação Orçamentária:

As despesas decorrentes do repasse estabelecido nesta Cláusula, previstas para desembolso em 2019, correrão por conta da seguinte dotação consignada no orçamento vigente: 02 11 04 06 122 0005 0.019 335041 F-2609. Para o ano de 2020, será indicada a dotação orçamentária em termo aditivo, na época oportuna.

Subcláusula Segunda - Especificações do Repasse:

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com cronograma de desembolso aprovado e depositadas na conta específica indicada pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO SOCIAL com relação a outras cláusulas básicas;

III – quando a ORGANIZAÇÃO SOCIAL deixar de adotar as medidas sancionadoras apontadas pelo Gestor da Parceria ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

O monitoramento e a avaliação do objeto da presente parceria serão realizados por comissão composta pelos servidores: VICENTE DE PAULO PINTO, LUCAS VALENTE PIRES E RICARDO ANTÔNIO DO NASCIMENTO, que se incumbirá dos procedimentos do acompanhamento das parcerias celebradas, em caráter preventivo e saneador, para apoiar a boa e regular gestão das parcerias, por meio de análise de documentos, pesquisas de satisfação e visitas *in loco*, ficando a mesma obrigada a:

- I – Emitir relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;
- II – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do presente termo de Colaboração, o qual, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
 - a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
 - b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - c) Valores efetivamente transferidos pelo MUNICÍPIO e valores comprovadamente utilizados;
 - d) Os valores pagos a título de custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
 - e) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL;
 - f) Análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida estabelecida neste instrumento. Aplica-se, todavia, o disposto no convênio de cooperação técnica e operacional nº. 47/2018, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, através da Polícia Militar de Minas Gerais, o Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, através do Fórum Desembargador Cândia Prazeres, o Município e a Organização Social.

CLÁUSULA OITAVA – DAS VEDAÇÕES

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá executar o objeto do plano de trabalho vinculado ao presente Termo de Colaboração com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo-lhe vedado:

- I – Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II – Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- III – Modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela administração pública;
- IV – Utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- V – Realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;
- VI – Efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da administração pública;

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Subcláusula Quarta – No caso de parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

Subcláusula Quinta – No caso de cancelamento de restos a pagar, o MUNICÍPIO autorizará que a ORGANIZAÇÃO SOCIAL reduza os quantitativos previstos no Plano de Trabalho, até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA QUINTA – DO GESTOR DA PARCERIA

A parceria terá como gestor servidor JOSÉ CARLOS GOMES TEIXEIRA, matrícula 11.903, com as seguintes atribuições:

- I – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II – Avaliar o andamento e concluir se o objeto da parceria foi executado conforme pactuado:
 - III – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação, o qual deverá conter:
 - a) A descrição sumária das atividades e metas estabelecidas no plano de trabalho;
 - b) A análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - c) Os valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados;
 - d) Quando for o caso, os valores pagos em espécie, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
 - e) A análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL na prestação de contas;
 - f) Análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;
 - g) Informar ao Secretário Municipal da secretaria a que estiver vinculada a parceria a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.
 - V – Cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei Federal 13.019/14 e em regulamento editado pelo MUNICÍPIO.

Subcláusula Única – Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou afastar-se temporariamente de suas atividades ou ainda ser lotado em outro órgão ou entidade, o Secretário Municipal da secretaria a que estiver vinculada a parceria designará o novo gestor, assumindo, enquanto não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

VII – Transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

VIII – Realizar despesas com:

- a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- b) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal;
- c) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não esteja ligado diretamente à execução do objeto;
- d) Obras que caracterizam a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
- e) Contratação de despesas com auditoria externa.

CLÁUSULA NONA – MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência da presente parceria serão depositados e geridos em conta bancária específica de titularidade da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, em instituição financeira oficial e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderna(s) de poupança, se a previsão de seu uso for superior a 1(um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a um mês.

Subcláusula Primeira – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária de titularidade dos fornecedores ou de prestadores de serviço, observado o previsto na subcláusula terceira;

Subcláusula Segunda – Fica autorizada a aplicação dos rendimentos das aplicações financeiras na ampliação de metas do objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula Terceira – Estando comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, em função das peculiaridades do objeto da parceria, admitir-se-á o pagamento mediante cheque nominal aos fornecedores ou prestadores de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL prestará contas da utilização dos recursos financeiros repassados por força deste Termo de Colaboração, no prazo máximo de 90 dias do término de sua vigência, instruída, pelo menos, com os seguintes documentos:

- I – comprovante das despesas realizadas (notas fiscais ou outro documento de valor fiscal);
- II – comprovante do pagamento (transferência bancária);
- III – extrato de movimentação de conta bancária vinculada ao Termo, incluídas as aplicações financeiras;

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBÁ-MG www.uba.mg.gov.br

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

IV – Relatório da Execução do Objeto, assinado pelo representante legal da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;

V – Relatório de Execução Financeira, assinado pelo representante legal da ORGANIZAÇÃO SOCIAL e do contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

Subcláusula única – A análise da prestação de contas final deverá ocorrer em até 150 (cento e cinquenta) dias da sua apresentação, período em que o MUNICÍPIO poderá solicitar informações ou documentação complementares. Esse período poderá ser justificadamente prorrogado, com obrigatória comunicação da prorrogação à ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DE VALORES

Em caso de uso irregular ou indevido dos recursos repassados, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL será notificada a sanar as irregularidades ou restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores, atualizados a partir da data de recebimento, pelo Fator de Atualização Monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS PERMANENTES E DIREITOS REMANESCENTES

Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria serão inalienáveis, devendo permanecer em utilização no objeto da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DIVULGAÇÃO

O presente Termo de Colaboração terá vigência a partir de sua assinatura, vigorando até 31 de janeiro de 2021, permitida a prorrogação. Será publicado por extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município e seu inteiro teor estará disponível para consulta pública no Portal da Transparência, no sítio de internet da Prefeitura Municipal de Ubá.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Colaboração será rescindido de pleno direito independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em caso de infringência de quaisquer cláusulas ou condições, ou, de acordo com a manifestação de uma das partes dessa intenção comunicada por escrito no prazo mínimo de sessenta dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho aprovado, do qual constam as atividades a serem desenvolvidas, as metas a serem alcançadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, forma de contrapartida (quando for

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBA-MG www.uba.mg.gov.br



PLANO DE TRABALHO PARA PARCERIA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LEI FEDERAL 13.019/14

1 – PROPONENTE – OSC.

PROPRIETÁRIO - OSC.			
1- ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAIAS DA COMARCA DE UBA		2- CNPJ: 24.551.119/0001-10	
3- ENDEREÇO: AV. SENADOR LEVINDO COELHO, SN			
4- CIDADE: UBÁ	5- U.F.: MG	6- CEP: 36.500-001	7- DDD/TELEFONE: 32 99965-4435 9- SITE:
10- NOME DO RESPONSÁVEL (Presidente da OSC): MIGUEL ARCANJO DE PAULA BATISTA			11- CPF: 472.479.166-72 12- C.I./ÓRGÃO EXPEDIDOR: M-2.799.066-SSP/MG
13- ENDEREÇO: RUA TENENTE PEDRO BATALHA, 254			
14- CIDADE: UBA	15- U.F.: MG	16- CEP: 36500-200	17- BANCO/AG/CONTA DA OSC 001-0270-4 CTA 63202-3

2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO.

20 - TÍTULO DO PROJETO: MONITORAMENTO DO PROJETO OLHO VIVO E DIVULGAÇÃO PUBLICITÁRIA	21 - PERÍODO DE EXECUÇÃO: Início: 08/2019 Término: 12/2020
22 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: PROJETO OLHO VIVO	
23 - RAZÕES DA PROPOSIÇÃO E INTERESSE PÚBLICO NA SUA REALIZAÇÃO: O presente projeto tem por desiderato a angariação de recursos junto aos órgãos dos poderes constituídos, que permitam a <u>instalação de malha de sistema de monitoramento eletrônico, composto por câmeras, em vias e logradouros públicos na cidade de ubá/MG</u> , que em outros lugares onde fora implementado, se tornou popularmente como "olho vivo" que auxilia a identificação de autores de crimes praticados em seu espaço de abrangência, e, ainda, na inibição destes mesmos agentes. Que, temendo serem identificados e presos, seriam desestimulados na prática dos crimes.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

o caso) e outros elementos norteadores do objeto da parceria, é parte integrante e indissociável deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O descumprimento de quaisquer cláusulas deste Termo ensejará medidas judiciais cabíveis, caso não satisfeitas pela via administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Será competente o foro da Comarca de Ubá-MG para dirimir eventuais questões decorrentes do presente Termo de Parceria, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordes, firmam os partícipes o presente instrumento em duas vias de igual teor o forma, juntamente com as duas testemunhas que comparecem ao ato.

Ubá, MG, 28 de agosto de 2019.

Edson Teixeira Filho
Prefeito de Ubá

Miguel Arcanjo de Paula Batista
Representante Legal da Organização Social

Visto.

Eduardo Rincó
Procurador-Geral

Testemunhas:

1)
Nome e CPF
Edson de Castro Dorigatto
Ag. Administrativo - Mat. 1553
CPF: 530.172.528-35

2)
Nome e CPF
Nylissa B. Neves
Ag. Administrativo
Mat. 5596

PRAÇA SÃO JANUÁRIO, 238 TEL (32) 3539-6101 e FAX (32) 3539-6135
CEP 36500-066 UBA-MG www.uba.mg.gov.br

Esse projeto consiste na segunda parte do projeto, que é a expansão da primeira fase, para os entornos da região central, e, finalmente, que constará ainda de uma terceira fase, para a região periférica.

3 – OBJETIVOS

3.1 – Objetivo geral:

Como referido, o objetivo do projeto é a diminuição da criminalidade, na cidade de Ubá, bem como colima proporcionar maior segurança à comunidade como um todo.

3.2 – Objetivos específicos

Concretamente às atribuições do Conselho da Comunidade, dentro de uma perspectiva específica, o objetivo da instalação da rede de monitoramento eletrônico também reside na diminuição da reincidência dos egressos da Cadeia Pública.

Como é cediço, uma parcela consideravelmente alta de egressos das cadeias em geral, retornam ao mundo da criminalidade, diante de duas molas propulsoras. A uma, é a ausência de oportunidade no mercado de trabalho, experimentada por aqueles que saem do estabelecimento prisional, seja pelo cumprimento integral da pena, seja por causa do benefício do livramento condicional, ou da progressão do regime de cumprimento de pena, o certo é que a pecha de ex-presidiário os acompanha muito além dos muros prisionais, proporcionando o que se pode classificar como um etiquetamento negativo.

No ponto, abrimos um parêntese para rememorar que a crise econômica potencializa esta condição do egresso, uma vez que o empresariado rejeita a ideia de empregar o ex-presidiário.

A duas, é consideravelmente, em igual medida, o efeito de arrastamento proporcionado pela onda de crimes, sendo receptível, que a escalada da criminalidade se verifica em razão geométrica, uma vez que é ingente a adesão de novos agentes criminosos, principalmente dos egressos, que se encontram sem perspectivas após deixarem o sistema prisional.

De tal sorte, a instalação e a operacionalização regular do "Projeto Olho Vivo" trará benefícios para a sociedade, para o empresariado, e, também para os egressos no Presídio local, iniciando, ao revés do panorama anterior, um ciclo virtuoso, com o resgate da tranquilidade e sossego, experimentados outrora.

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

24- META	25- ETAPA OU FASE	26- ESPECIFICAÇÃO/ LOCALIDADE	27- INDICADOR FÍSICO	30- DURAÇÃO
	FASE ÚNICA		28- UNIDADE 29- QUANT.	31- INÍCIO 32- TÉRMINO
				02/2019 12/2020

5 - PLANO DE APLICAÇÃO / ORÇAMENTO

33-SERVIÇO OU BEM ADQUIRIDO	34-UNID	35- QUANT	36- VALOR UNITÁRIO	37- VALOR PARCIAL	38- CONCEDENTE	39- PROPONENTE
VIGILANCIA OLHO VIVO					R\$ 181.298,15	0,00
SUBTOTAL				R\$ 181.298,15		
40-TOTAL GERAL (CONCEDENTE + PROPONENTE): R\$ 181.298,15						

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

41- CONCEDENTE (REPASSE)

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2019	0,00	R\$ 10.922,95	R\$ 10.648,45	R\$ 10.648,45	R\$ 10.648,45	R\$ 10.648,45

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN
2020	R\$ 10.648,45	R\$ 10.648,45	R\$ 10.648,45	R\$ 10.648,45	R\$ 10.648,45	R\$ 10.648,45
ANO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2020	R\$ 10.648,45	R\$ 10.648,45	R\$ 10.648,45	R\$ 10.648,45	R\$ 10.648,45	R\$ 10.648,45

42- PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página 3 de 4

7 - RELAÇÃO DE ANEXOS QUE INTEGRAM O PLANO DE TRABALHO

1. Estatutos sociais registrados;
2. Ata de eleição e posse da diretoria atual;
3. Certidão Negativa de Débito Federal/INSS;
4. Certificado de Regularidade com o FGTS;
5. Certidão Negativa de Débito Municipal;
6. Relação nominal com endereço dos membros da diretoria da OSC;
7. Documento do representante legal.

8 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante da proponente, venho declarar à PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ que:

- a) Seus dirigentes não são membros de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, seus cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- b) Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária de titularidade dos fornecedores ou prestadores de serviço;
- c) A proponente não possui impedimento legal para realizar a presente parceria;
- d) O objeto do presente plano de trabalho é compatível com os objetivos estatutários da Proponente, que detém capacidade técnica e operacional para sua execução;
- e) A proponente está ciente de que a prestação de contas será feita exclusivamente via Portal da Transparência da Prefeitura de Ubá e que irá preservar os documentos originais integrantes da prestação de contas pelo prazo de 10 (dez) anos após a aprovação da prestação de contas.

Com isso, pede-se o DEFERIMENTO do Projeto e Plano de Trabalho.

Ubá, MG, 24 de agosto de 2019

Assinatura do Representante OSC

9 - APROVAÇÃO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

☒ APROVO. () NÃO APROVO.

Ubá, MG, 22.08.2019

Secretário Municipal

Página 4 de 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 22/2021

Que, entre si celebram o MUNICÍPIO DE UBÁ-MG e o CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE UBÁ.

Por este instrumento que celebram entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE UBÁ-MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sua Prefeitura estabelecida na Praça São Januário, 238, centro, Ubá-MG, CEP 36500-066, inscrito no CNPJ sob o número 18.128.207/0001-01, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Edson Teixeira Filho, RG MG-123.777, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, o **CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE UBÁ**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o número 24.551.119/0001-10, com sede na Av. Senador Levidino Coelho, s/n, Ubá-MG, CEP 36506-130, neste ato representado por seu Presidente, José Roque da Silva, titular do CPF nº 958.477.826-91 e do RG nº MG-8.115.525, residente na Rua Cel Otaviano da Rocha, 1.071, São Domingos, Ubá-MG, CEP 36504-042, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, mediante a estipulação das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente instrumento tem por objeto a repasse de contribuição do MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, autorizada pela Lei Municipal nº 4.825, de 29 de dezembro de 2020, para desenvolvimento de ações de manutenção do Projeto Olho Vivo, de vigilância eletrônica por câmeras em vias públicas, consoante plano de trabalho aprovado e disposições da Lei Federal 13.019/14.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Chamamento Público

Parceria celebrada com inexistência de chamamento público, com fundamento no art. 31, II, da Lei Federal 13.019/14.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações das Partes

Subcláusula Primeira – Do Município:

O MUNICÍPIO se obriga a:

- I – Repassar os recursos necessários ao desenvolvimento do objeto do presente Termo de Colaboração nas datas definidas no cronograma financeiro especificada na Cláusula Quarta;
- II – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria por meio do Gestor da Parceria designado e da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- III – Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- IV – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico do Gestor da Parceria até a data limite estabelecida na Cláusula Décima;
- V – Disponibilizar em seu site oficial na internet (Portal da Transparência), informações sobre a parceria ora celebrada por prazo não inferior a 8 (oito) anos, contados da apreciação da prestação de contas final.

Subcláusula segunda – Da ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL se obriga a:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ ESTADO DE MINAS GERAIS

I – Divulgar em seu site de internet, caso o tenha, e/ou em locais visíveis de sua sede social, a parceria ora celebrada com o MUNICÍPIO;

II – Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria, em instituição financeira oficial;

III – Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

IV – Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

V – Permitir o livre acesso dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Gestor da Parceria, dos órgãos de controle externo, dos Conselheiros Municipais da área afim, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferência objetos deste Termo, bem como aos locais de execução das atividades constantes do Plano de Trabalho;

VI – Apresentar prestação de contas que contenha elementos que permitam ao Gestor da Parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas;

VII – Manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas. Caso a ORGANIZAÇÃO SOCIAL encerre suas atividades antes de escoado esse prazo, deverá transferir todos os documentos, com recibo de entrega, à Secretaria Municipal afeta ao Termo de Parceria;

VIII – Informar à administração municipal, por meio do Gestor da Parceria, qualquer alteração da composição de sua diretoria, endereço, telefone ou no Estatuto Social.

CLÁUSULA QUARTA – Da Programação Orçamentária e Financeira

O MUNICÍPIO repassará à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, no presente exercício, o valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), a crédito da conta bancária: Banco 001, agência 0270-4, c/c 37.867-48, conforme cronograma financeiro de desembolso abaixo especificado:

MÊS	Data Máxima para liberação	Valor R\$	Data Máxima para execução
Março/21	31/03/2021	33.750,00	31/12/2021
Abril/21	30/04/2021	11.250,00	31/12/2021
Maio/21	31/05/2021	11.250,00	31/12/2021
Junho/21	30/06/2021	11.250,00	31/12/2021
Julho/21	31/07/2021	11.250,00	31/12/2021
Agosto/21	31/08/2021	11.250,00	31/12/2021
Setembro/21	30/09/2021	11.250,00	31/12/2021
Outubro/21	31/10/2021	11.250,00	31/12/2021
Novembro/21	30/11/2021	11.250,00	31/12/2021
Dezembro/21	20/12/2021	11.250,00	31/01/2022

Subcláusula Primeira – Da Classificação Orçamentária:

As despesas decorrentes do repasse estabelecido nesta Cláusula correrão por conta da seguinte dotação consignada no orçamento vigente: 02 11 04 06 122 0005 0.019 335041 F-2551.

Subcláusula Segunda - Especificações do Repasse:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com cronograma de desembolso aprovado e depositadas na conta específica indicada pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria a ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO SOCIAL com relação a outras cláusulas básicas;

III – quando a ORGANIZAÇÃO SOCIAL deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo Gestor da Parceria ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Subcláusula Quarta – No caso de parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

Subcláusula Quinta – No caso de cancelamento de restos a pagar, o MUNICÍPIO autorizará que a ORGANIZAÇÃO SOCIAL reduza os quantitativos previstos no Plano de Trabalho, até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA QUINTA – DO GESTOR DA PARCERIA

Fica designada como gestora da parceria a servidora José Carlos Gomes Pereira, Gerente da Divisão de Trânsito, com as seguintes atribuições:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
II – Avaliar o andamento e concluir se o objeto da parceria foi executado conforme pactuado;
III – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação, o qual deverá conter:

- A descrição sumária das atividades e metas estabelecidas no plano de trabalho;
- A análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- Os valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados;
- Quando for o caso, os valores pagos em espécie, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
- A análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL na prestação de contas;
- Análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;
- Informar ao Secretário Municipal da secretaria a que estiver vinculada a parceria a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

VI – Efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da administração pública;

VII – Transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

VIII – Realizar despesas com:

- Multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal;
- Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não esteja ligado diretamente à execução do objeto;
- Obras que caracterizam a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
- Contratação de despesas com auditoria externa.

CLÁUSULA NONA – MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência da presente parceria serão depositados e geridos em conta bancária específica de titularidade da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, em instituição financeira oficial e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta(s) de poupança, se a previsão de seu uso for superior a 1(um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a um mês.

Subcláusula Primeira – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária de titularidade dos fornecedores ou prestadores de serviço, observado o previsto na subcláusula terceira;

Subcláusula Segunda – Fica autorizada a aplicação dos rendimentos das aplicações financeiras na ampliação de metas do objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula Terceira – Estando comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, em função das peculiaridades do objeto da parceria, admitir-se-á o pagamento mediante cheque nominal aos fornecedores ou prestadores de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL prestará contas da utilização dos recursos financeiros repassados por força deste Termo de Colaboração, instruída, pelo menos, com os seguintes documentos:

- comprovante das despesas realizadas (notas fiscais ou outro documento de valor fiscal);
- comprovante do pagamento (transferência bancária ou cópia do cheque nominal);
- extrato de movimentação de conta bancária vinculada ao convênio, incluídas as aplicações financeiras;

IV – Relatório da Execução do Objeto, assinado pelo representante legal da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;

V – Relatório de Execução Financeira, assinado pelo representante legal da ORGANIZAÇÃO SOCIAL e do contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

V – Cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei Federal 13.019/14 e em regulamento editado pelo MUNICÍPIO.

Subcláusula Única – Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou afastar-se temporariamente de suas atividades ou ainda ser lotado em outro órgão ou entidade, o Secretário Municipal da secretaria a que estiver vinculada a parceria designará o novo gestor, assumindo, enquanto não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do objeto da presente parceria serão realizados por comissão composta pelos servidores VICENTE DE PAULO PINTO, LUCAS VALENTE PIRES E RICARDO ANTÔNIO DO NASCIMENTO e se incumbirá dos procedimentos do acompanhamento das parcerias celebradas, em caráter preventivo e saneador, para apoiar a boa e regular gestão das parcerias, por meio de análise de documentos, pesquisas de satisfação e visitas *in loco*, ficando a mesma obrigada a:

I – Emitir relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;
II – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do presente termo de Colaboração, o qual, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- Valores efetivamente transferidos pelo MUNICÍPIO e valores comprovadamente utilizados;
- Os valores pagos a título de custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
- Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL;
- Análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida estabelecida, dada a natureza do objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DAS VEDAÇÕES

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá executar o objeto do plano de trabalho vinculado ao presente Termo de Colaboração com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo-lhe vedado:

- Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- Modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela administração pública;
- Utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- Realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Subcláusula Primeira – A prestação de contas mensal deverá ser apresentada até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente ao do repasse, em arquivo no formato pdf., no Portal da Transparência, no site www.uba.mg.gov.br, utilizando-se de senha personalizada da ORGANIZAÇÃO SOCIAL. A não apresentação da prestação de contas no prazo estabelecido poderá sujeitar a interrupção do repasse.

Subcláusula Segunda – A análise da prestação de contas mensal por parte do MUNICÍPIO ocorrerá até o último dia útil do mês de sua apresentação.

Subcláusula Terceira – A prestação de contas final deverá ser apresentada, no Portal da Transparência, em até 90 dias do término da vigência do termo de colaboração, com possibilidade de prorrogação por mais trinta dias, desde que devidamente solicitado e justificado pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL com antecedência mínima de pelo menos trinta dias antes do término do prazo original.

Subcláusula Quarta – A análise da prestação de contas final deverá ocorrer em até 150 (cento e cinquenta) dias da sua apresentação, período em que o MUNICÍPIO poderá solicitar informações ou documentação complementares. Esse período poderá ser justificadamente prorrogado, com obrigatoria comunicação da prorrogação à ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DE VALORES

Em caso de uso irregular ou indevido dos recursos repassados, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL será notificada a sanar as irregularidades ou restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores, atualizados a partir da data de recebimento, pelo Fator de Atualização Monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS PERMANENTES E DIREITOS REMANESCENTES

Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria serão inalienáveis, devendo permanecer na ORGANIZAÇÃO SOCIAL para prestação de serviço ao público usuário, após o término da parceria. Obs.: a presente parceria não autoriza a aquisição de materiais permanentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DIVULGAÇÃO

O presente Termo de Colaboração terá vigência a partir de sua assinatura, vigorando até 31 de janeiro de 2022. Será publicado por extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município e seu inteiro teor estará disponível para consulta pública no Portal da Transparência, no sítio de internet da Prefeitura Municipal de Ubá.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente termo de Colaboração será rescindido de pleno direito independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em caso de infringência de quaisquer cláusulas ou condições, ou, de acordo com a manifestação de uma das partes dessa intenção comunicada por escrito no prazo mínimo de sessenta dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho aprovado, do qual contam as atividades a serem desenvolvidas, as metas a serem alcançadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, forma de contrapartida (quando for o caso) e outros elementos norteadores do objeto da parceria, é parte integrante e indissociável deste termo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O descumprimento de quaisquer cláusulas deste Termo ensejará medidas judiciais cabíveis, caso não satisfeitas pela via administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Será competente o foro da Comarca de Ubá-MG para dirimir eventuais questões decorrentes do presente termo de parceria, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordes, firmam os partícipes o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas que comparecem ao ato.

Ubá, MG, 23 de março de 2021.

Vicente de Paulo Pinto
Secretaria Municipal do Ambiente e Mobilidade Urbana

José Roque da Silva
Representante Legal da Organização Social

Visto.

Procuradoria-Geral do Município

Testemunhas:

1) _____
Nome e CPF

2) _____
Nome e CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

I – Divulgar em seu site de internet, caso o tenha, e/ou em locais visíveis de sua sede social, a parceria ora celebrada com o MUNICÍPIO;

II – Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria, em instituição financeira oficial;

III – Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

IV – Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

V – Permitir o livre acesso dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Gestor da Parceria, dos órgãos de controle externo, dos Conselheiros Municipais da área afim, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferência objetos deste Termo, bem como aos locais de execução das atividades constantes do Plano de Trabalho;

VI – Apresentar prestação de contas que contenha elementos que permitam ao Gestor da Parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas;

VII – Manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas. Caso a ORGANIZAÇÃO SOCIAL encerre suas atividades antes de esgotado esse prazo, deverá transferir todos os documentos, com recibo de entrega, à Secretaria Municipal afeta ao Termo de Parceria;

VIII – Informar à administração municipal, por meio do Gestor da Parceria, qualquer alteração da composição de sua diretoria, endereço, telefone ou no Estatuto Social.

CLÁUSULA QUARTA – Da Programação Orçamentária e Financeira

O MUNICÍPIO repassará à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, no presente exercício, o valor de R\$ 128.420,96 (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte reais, noventa e seis centavos), a crédito da conta bancária: Banco 001, agência 0270-4, c/c 37.867-48, conforme cronograma financeiro de desembolso abaixo especificado:

MÊS	Data Máxima para liberação	Valor R\$	Data Máxima para execução
Abril/22	30/04/2022	29.000,00	31/12/2022
Maio/22	31/05/2022	12.427,62	31/12/2022
Junho/22	30/06/2022	12.427,62	31/12/2022
Julho/22	31/07/2022	12.427,62	31/12/2022
Agosto/22	31/08/2022	12.427,62	31/12/2022
Setembro/22	30/09/2022	12.427,62	31/12/2022
Outubro/22	31/10/2022	12.427,62	31/12/2022
Novembro/22	30/11/2022	12.427,62	31/12/2022
Dezembro/22	20/12/2022	12.427,62	31/01/2023

Subcláusula Primeira – Da Classificação Orçamentária:

As despesas decorrentes do repasse estabelecido nesta Cláusula correrão por conta da seguinte dotação consignada no orçamento vigente: 02 11 04 06 122 0005 0.019 335041 F-2436 e 2437



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/SMAAMU/2022

Que, entre si celebram o MUNICÍPIO DE UBÁ-MG e o CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE UBÁ.

Por este instrumento que celebram entre si, de um lado o MUNICÍPIO DE UBÁ-MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sua Prefeitura estabelecida na Praça São Januário, 238, centro, Ubá-MG, CEP 36500-066, inscrito no CNPJ sob o número 18.128.207/0001-01, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Edson Teixeira Filho, RG MG-1777, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e, de outro lado, o CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE UBÁ, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o número 24.551.119/0001-10, com sede na Av. Senador Leão de Almeida, s/n, Ubá-MG, CEP 36506-130, neste ato representado por seu Presidente, José Roque da Silva, titular do CPF nº 477.826-00 e do RG nº MG-15.525, residente na Rua Cel Otaviano da Rocha, s/n, São Domingos, Ubá-MG, CEP 36504-042, doravante denominada ORGANIZAÇÃO SOCIAL, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, mediante a estipulação das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente instrumento tem por objeto a repasse de contribuição do MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO SOCIAL, autorizada pela Lei Municipal nº 4.958, de 27 de dezembro de 2021, para desenvolvimento de ações de manutenção do Projeto Olho Vivo, de vigilância eletrônica por câmeras em vias públicas, consoante plano de trabalho aprovado e disposições da Lei Federal 13.019/14.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Chamamento Público

Parceria celebrada com inexistência de chamamento público, com fundamento no art. 31, II, da Lei Federal 13.019/14.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações das Partes

Subcláusula Primeira – Do Município:

O MUNICÍPIO se obriga a:

I – Repassar os recursos necessários ao desenvolvimento do objeto do presente Termo de Colaboração nas datas definidas no cronograma financeiro especificada na Cláusula Quarta;

II – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria por meio do Gestor da Parceria designado e da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

III – Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

IV – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico do Gestor da Parceria até a data limite estabelecida na Cláusula Décima;

V – Disponibilizar em seu site oficial na internet (Portal da Transparência), informações sobre a parceria ora celebrada por prazo não inferior a 8 (oito) anos, contados da apreciação da prestação de contas final.

Subcláusula segunda – Da ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL se obriga a:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Subcláusula Segunda - Especificações do Repasse:

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com cronograma de desembolso aprovado e depositadas na conta específica indicada pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria a ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO SOCIAL com relação a outras cláusulas básicas;

III – quando a ORGANIZAÇÃO SOCIAL deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo Gestor da Parceria ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Subcláusula Quarta – No caso de parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

Subcláusula Quinta – No caso de cancelamento de restos a pagar, o MUNICÍPIO autorizará que a ORGANIZAÇÃO SOCIAL reduza os quantitativos previstos no Plano de Trabalho, até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA QUINTA – DO GESTOR DA PARCERIA

Fica designada como gestora da parceria o servidor José Carlos Gomes Pereira, Gerente da Divisão de Trânsito, com as seguintes atribuições:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II – Avaliar o andamento e concluir se o objeto da parceria foi executado conforme pactuado;

III – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação, o qual deverá conter:

a) A descrição sumária das atividades e metas estabelecidas no plano de trabalho;

b) A análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) Os valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados;

d) Quando for o caso, os valores pagos em espécie, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;

e) A análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL na prestação de contas;

f) Análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;

g) Informar ao Secretário Municipal da secretaria a que estiver vinculada a parceria a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

V – Cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei Federal 13.019/14 e em regulamento editado pelo MUNICÍPIO.

Subcláusula Única – Na hipótese de o gestor da parceira deixar de ser agente público ou afastar-se temporariamente de suas atividades ou ainda ser lotado em outro órgão ou entidade, o Secretário Municipal da secretaria a que estiver vinculada a parceria designará o novo gestor, assumindo, enquanto não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do objeto da presente parceria serão realizados por comissão composta pelos servidores Vicente de Paulo Pinto, Eliane Ferreira de Souza Silva e Pedro Paulo Campanha e se incumbirá dos procedimentos do acompanhamento das parcerias celebradas, em caráter preventivo e saneador, para apoiar a boa e regular gestão das parcerias, por meio de análise de documentos, pesquisas de satisfação e visitas *in loco*, ficando a mesma obrigada a:

- I – Emitir relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;
- II – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do presente termo de Colaboração, o qual, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
 - a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
 - b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - c) Valores efetivamente transferidos pelo MUNICÍPIO e valores comprovadamente utilizados;
 - d) Os valores pagos a título de custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
 - e) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL;
 - f) Análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida estabelecida, dada a natureza do objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DAS VEDAÇÕES

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá executar o objeto do plano de trabalho vinculado ao presente Termo de Colaboração com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo-lhe vedado:

- I – Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II – Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- III – Modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela administração pública;
- IV – Utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- V – Realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Subcláusula Primeira – A prestação de contas mensal deverá ser apresentada até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente ao do repasse, em arquivo no formato pdf, no Portal da Transparência, no site www.uba.mg.gov.br, utilizando-se de senha personalizada da ORGANIZAÇÃO SOCIAL. A não apresentação da prestação de contas no prazo estabelecido poderá sujeitar a interrupção do repasse.

Subcláusula Segunda – A análise da prestação de contas mensal por parte do MUNICÍPIO ocorrerá até o último dia útil do mês de sua apresentação.

Subcláusula Terceira – A prestação de contas final deverá ser apresentada, no Portal da Transparência, em até 90 dias do término da vigência do termo de colaboração, com possibilidade de prorrogação por mais trinta dias, desde que devidamente solicitado e justificado pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL com antecedência mínima de pelo menos trinta dias antes do término do prazo original.

Subcláusula Quarta – A análise da prestação de contas final deverá ocorrer em até 150 (cento e cinquenta) dias da sua apresentação, período em que o MUNICÍPIO poderá solicitar informações ou documentação complementares. Esse período poderá ser justificadamente prorrogado, com obrigatória comunicação da prorrogação à ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DE VALORES

Em caso de uso irregular ou indevido dos recursos repassados, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL será notificada a sanar as irregularidades ou restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores, atualizados a partir da data de recebimento, pelo Fator de Atualização Monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS PERMANENTES E DIREITOS REMANESCENTES

Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria serão inalienáveis, devendo permanecer na ORGANIZAÇÃO SOCIAL para prestação de serviço ao público usuário, após o término da parceria. Obs.: a presente parceria não autoriza a aquisição de materiais permanentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DIVULGAÇÃO

O presente Termo de Colaboração terá vigência a partir de sua assinatura, vigorando até 31 de janeiro de 2023. Será publicado por extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município e seu inteiro teor estará disponível para consulta pública no Portal da Transparência, no site de internet da Prefeitura Municipal de Ubá.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente termo de Colaboração será rescindido de pleno direito independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em caso de infringência de quaisquer cláusulas ou condições, ou, de acordo com a manifestação de uma das partes dessa intenção comunicada por escrito no prazo mínimo de sessenta dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho aprovado, do qual contam as atividades a serem desenvolvidas, as metas a serem alcançadas pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, forma de contrapartida (quando for o caso) e outros elementos norteadores do objeto da parceria, é parte integrante e indissociável deste termo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

VI – Efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da administração pública;

VII – Transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

VIII – Realizar despesas com:

- a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- b) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal;
- c) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não esteja ligado diretamente à execução do objeto;
- d) Obras que caracterizam a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
- e) Contratação de despesas com auditoria externa.

CLÁUSULA NONA – MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Os recursos recebidos em decorrência da presente parceria serão depositados e geridos em conta bancária específica de titularidade da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, em instituição financeira oficial e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta(s) de poupança, se a previsão de seu uso for superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a um mês.

Subcláusula Primeira – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária de titularidade dos fornecedores ou prestadores de serviço, observado o previsto na subcláusula terceira;

Subcláusula Segunda – Fica autorizada a aplicação dos rendimentos das aplicações financeiras na ampliação de metas do objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula Terceira – Estando comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, em função das peculiaridades do objeto da parceria, admitir-se-á o pagamento mediante cheque nominal aos fornecedores ou prestadores de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL prestará contas da utilização dos recursos financeiros repassados por força deste Termo de Colaboração, instruída, pelo menos, com os seguintes documentos:

- I – comprovante das despesas realizadas (notas fiscais ou outro documento de valor fiscal);
- II – comprovante do pagamento (transferência bancária ou cópia do cheque nominal);
- III – extrato de movimentação de conta bancária vinculada ao convênio, incluídas as aplicações financeiras;
- IV – Relatório da Execução do Objeto, assinado pelo representante legal da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;
- V – Relatório de Execução Financeira, assinado pelo representante legal da ORGANIZAÇÃO SOCIAL e do contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O descumprimento de quaisquer cláusulas deste Termo ensejará medidas judiciais cabíveis, caso não satisfeitas pela via administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Será competente o foro da Comarca de Ubá-MG para dirimir eventuais questões decorrentes do presente termo de parceria, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordes, firmam os participantes o presente instrumento em duas vias de igual teor o forma, juntamente com as duas testemunhas que comparecem ao ato.

Ubá, MG, 27 de abril de 2022.

Vicente de Paulo Pinto
Secretaria Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana

José Rogério da Silva
Representante Legal da Organização Social


Visto.

Procuradoria-Geral do Município
Eduardo Rêgo
PROCURADOR GERAL
OPJ/UBÁ 26.696

Testemunhas:

1)
Nome e CPF

2)
Nome e CPF

Cronograma financeiro de desembolso abaixo especificado:			
MÊS	Data Máxima para liberação	Valor R\$	Data Máxima para execução
Abril/22	30/04/2022	29.000,00	31/12/2022
Maio/22	31/05/2022	12.427,62	31/12/2022
Junho/22	30/06/2022	12.427,62	31/12/2022
Julho/22	31/07/2022	12.427,62	31/12/2022
Agosto/22	31/08/2022	12.427,62	31/12/2022
Setembro/22	30/09/2022	12.427,62	31/12/2022
Outubro/22	31/10/2022	12.427,62	31/12/2022
Novembro/22	30/11/2022	12.427,62	31/12/2022
Dezembro/22	20/12/2022	12.427,62	31/01/2023
		128.420,96	
Uba, 27 de abril de 2022			
 Presidente do Conselho			

PLANO DE TRABALHO PARA PARCERIA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LEI FEDERAL 13.019/14					
PROponente					
COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE UBA					
Av. Senador Leônido Coelho s/n - Uba - MG					
RESPONSÁVEL:					
PROJETO OLHO VIVO;	DESCRIÇÃO DO PROJETO :				
CONSISTE FAZER MONITORAMENTO POR	PERÍODO DE EXECUÇÃO : 27 DE ABRIL DE 2022 a	IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: COOPERAÇÃO MÚTUA ENTRE O MUNICÍPIO DE UBA E CONCELHO COMUNIDADE DAS EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE UBA			
CAMERAS INSTALADAS EM B=VARIAS PARTES	31 DE DEZEMBRO DE 2022				
DO MUNICÍPIO ,					
OBJETIVOS GERAL					
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA OLHO VIVO ,					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS					
CONTRATAÇÃO DE 05 (CINCO) MONITORES PARA OPERAR POR UMA CENTRAL TODO EQUIPAMENTO DE MONITORAMENTO COM					
CAMERAS 24 HORAS EM PONTOS ESTRATÉGICOS .					
FORNECER INFORMAÇÕES E IMAGEM A PODER PÚBLICO, POLICIA CIVIL , POLICIA MILITAR QUANDO SOLICITADO POR DOCUMENTOS					
OFICIAIS					
PARA FINS DE INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS , OU CRIME CONTRA PATRIMONIO PÚBLICO.					
JUSTIFICATIVA					
PARA MELHORAR A FATOR SEGURANÇA NO MUNICÍPIO FORAM INSTALADAS CAMERAS PARA MONITORAMENTO , PARA PROGRAMAA OLHO					
VIVO , E COM IMPLANTAÇÃO DESSES EQUIPAMENTO E NECESSARIO MONITORAMENTO 24 HORAS POR DIA 07 DIAS NA SEMANA.					
UMA VEZ QUE O MUNICÍPIO NÃO DISPOE DE MAO DE OBRA QUALIFICADA PARA ESSA ATIVIDADE .					
E NECESSARIO A CELEBRAÇÃO DESSA PARCERIA COM ESSA ENTIDADE.					

META	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO		INDICADOR		DURAÇÃO	
	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	FIM	
01	OPERACÃO DOS EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO POR CAMERAS	CAMERAS	32	ABRIL 2022	DEZEMBRO 2022	
PLANILHA DE CUSTOS						
RECURSOS HUMANOS(Prestadores de serviço, Encargos Sociais, Desp.Consultorias, outras)						
PLANO DE TRABALHO PROPOSTO						
DESCRIÇÃO DO ITEM	CATEGORIA	VALOR UN MENSAL	EXECUÇÃO	VALOR UNITARIO	9 MESES	TOTAL
CONTRATAÇÃO DE 05 MONITORES PARA REALIZAÇÃO DO MONITORAMENTO POR EQUIPAMENTO DE IMAGEM	PESSOA JURÍDICA,	R\$2.633,79	9 MESES	13.168,95		R\$118.520,55
PAGAMENTO HONORÁRIOS CONTADOR	PESSOA JURÍDICA,	R\$1.000,00	9 MESES	R\$9.000,00		R\$9.000,00
TOTAL						R\$127.520,55
DESPESAS OPERACIONAIS						
DESCRIÇÃO DO ITEM	CATEGORIA	VALOR UN MENSAL	EXECUÇÃO	VALOR UNITARIO	9 MESES	TOTAL
DESPESAS BANCARIAS	DESPESAS	R\$100,00	9 MESES	R\$900,00		R\$900,00
TOTAL						R\$900,00
CUSTO TOTAL DO CONVENIO POR 9 MESES						R\$ 128.421,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

RAI ANCEITE FINANCEIRO

EXECUCAO PENAL DE UBA-MG

Produto Financeiro Referente 10 mês de ABRIL/2022

--	--

[illegible]

UBÁ-MG, 02.06.2022

Presidente: José Roque da Silva

Miguel Arcanjo de Paula Batista



Extrato de Conta Corrente

Cliente
 Nome
 CCEP - UBA
 Agência
 0270-4

Agência
0230

Agência
0230

Agência
0230

Movimento	Data	Dep. origem	Histórico	Documento	Valor	Saldo
28/03/2022			Saldo Anterior			1.475,24 C
01/04/2022	1981-X		CHEQ COMPENSADO	850.306	980,00 D	495,24 C
13/04/2022	4906-9		CH PAGO AG	850.308	300,00 D	195,24 C
			13/04 09.51 PSO UBA MG			
13/04/2022			TAR EXTR AGENCI	831.031.200.142.605	3,20 D	192,04 C
			Cobrança referente 13/04/2022			
13/04/2022			TAR EXTRATO AG	831.031.200.142.606	3,20 D	188,84 C
			Cobrança referente 13/04/2022			
20/04/2022			TAR PACOTE SERV	871.101.300.080.714	93,00 D	95,84 C
			Cobrança referente 20/04/2022			
28/04/2022			TAR EXTR AGENCI	871.181.200.242.135	3,20 D	92,64 C
			Cobrança referente 28/04/2022			
28/04/2022			TAR EXTRATO AG	871.181.200.242.136	3,20 D	89,44 C
			Cobrança referente 28/04/2022			
30/04/2022			S A L D O			89,44 C

Impresso em 02.06.2022 às 08:15:53

Central de Atendimento BB - 4004 0001 ou 0800 729 0001
Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC - 0800 729 0722
Ouvidoria BB - 0800 729 5678
Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 729 0088

 PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ Secretaria Municipal da Finanças Praça São Januário, 238, Centro - Ubá - MG		Número da Nota 202200001000027 Código de Verificação VYRU-HUMG 			
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e					
Data de Emissão: 09/06/2022 - 08:58 hs Período de Tribuição: 06/2022					
Natureza da Operação: Tributação no Município Município de Prestação: UBA - MG					
PRESTADOR DE SERVIÇOS					
Razão Social: ANDERSON WESLEY CORREA 01266267662 Nome: AWVIDEOTEC Declaração: Simples Nacional Regime de Tributação: Auto-lancado Endereço: RUA MARIETA CAMPOS, 137 PARTE DO LOTE 12 - AREA A - INDUSTRIAL - CEP: 59.999-999 - UBA - MG Inscrição: Não		CPF/CNPJ: 34.200.007/0001-62 Inscr. Municipal: 21907 Inscr. Estadual:			
Telefone: (32)9338-9307					
TOMADOR DE SERVIÇOS					
Nome: CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUCOES PENAS DA COMARCA DE UBA/MG Email:		CPF/CNPJ: 24.551.119/0001-10 Inscr. Municipal:			
Endereço: AVENIDA SENADOR LEVINDO COELHO, 0 S/N - MARANHÃO - CEP: 36500-000 - UBA - MG		Inscr. Estadual: Telefone:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Código Cnae: 5912-0/99 Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente Código do Serviço: 13.03 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, fixação e conjuntos					
SERVIÇOS PRESTADOS					
VALORES DA NOTA					
Valor dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Acréscimos (R\$)	Desc. Condicionada (R\$)	Desc. Incondicionada (R\$)	Crédito (R\$)
5.196,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PS (R\$)	COFINS (R\$)	IR (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Total das Retenções (R\$)	Valor Líquido (R\$)
5.196,01	2,00	103,92	0,00	0,00	5.196,01
OBSERVAÇÕES DA NOTA					
Valor aproximado dos tributos: R\$ 855,78 (16,47%). Valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais com base na Lei nº 12.741/2012. Fonte: BRF. Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 062/2001 e no Decreto nº 3.981/2011. O recolhimento do imposto ISSQN de contribuintes enquadrados como Simples Nacional/MEI deverá ser efetivado através dos canais competentes. Nota Fiscal emitida via Portal.					
 Nota de Número: 202200001000027 Código de Verificação: VYRU-HUMG Emitida dia 09/06/2022 às 08:58 hs Recebi da empresa ANDERSON WESLEY CORREA 01266267662 os serviços constantes desta NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO. Consulte a autenticidade das informações desta NFS-e no site http://nfe.uba.mg.gov.br ou por meio de aparelho com aplicativo para código QR.					

 PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ Secretaria Municipal da Finanças Praça São Januário, 238, Centro - Ubá - MG		Número da Nota 202200001000006 Código de Verificação RKXM-RAWT 			
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e					
Data de Emissão: 09/06/2022 - 09:00 hs Período de Tribuição: 06/2022					
Natureza da Operação: Tributação no Município Município de Prestação: UBA - MG					
PRESTADOR DE SERVIÇOS					
Razão Social: WANDERSON HENRIQUE SOUZA COSTA 13533523667 Nome: SWHC Declaração: Simples Nacional Regime de Tributação: Auto-lancado Endereço: RUA ANTONIO MOREIRA DA COSTA, 60 QUINHÃO 01 - PALMEIRAS - CEP: 36.500-000 - UBA - MG Inscrição: Não		CPF/CNPJ: 42.995.281/0001-00 Inscr. Municipal: 25239 Inscr. Estadual:			
Telefone: (32)9844-7043					
TOMADOR DE SERVIÇOS					
Nome: CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUCOES PENAS DA COMARCA DE UBA/MG Email:		CPF/CNPJ: 24.551.119/0001-10 Inscr. Municipal:			
Endereço: AVENIDA SENADOR LEVINDO COELHO, 0 S/N - MARANHÃO - CEP: 36500-000 - UBA - MG		Inscr. Estadual: Telefone:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Código Cnae: 5912-0/99 Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente Código do Serviço: 13.03 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, fixação e conjuntos					
SERVIÇOS PRESTADOS					
VALORES DA NOTA					
Valor dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Acréscimos (R\$)	Desc. Condicionada (R\$)	Desc. Incondicionada (R\$)	Crédito (R\$)
5.196,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PS (R\$)	COFINS (R\$)	IR (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Total das Retenções (R\$)	Valor Líquido (R\$)
5.196,01	2,00	103,92	0,00	0,00	5.196,01
OBSERVAÇÕES DA NOTA					
Valor aproximado dos tributos: R\$ 855,78 (16,47%). Valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais com base na Lei nº 12.741/2012. Fonte: BRF. Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 062/2001 e no Decreto nº 3.981/2011. O recolhimento do imposto ISSQN de contribuintes enquadrados como Simples Nacional/MEI deverá ser efetivado através dos canais competentes. Nota Fiscal emitida via Portal.					
 Nota de Número: 202200001000006 Código de Verificação: RKXM-RAWT Emitida dia 09/06/2022 às 09:00 hs Recebi da empresa WANDERSON HENRIQUE SOUZA COSTA 13533523667 os serviços constantes desta NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO. Consulte a autenticidade das informações desta NFS-e no site http://nfe.uba.mg.gov.br ou por meio de aparelho com aplicativo para código QR.					

 PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ Secretaria Municipal da Finanças Praça São Januário, 238, Centro - Ubá - MG		Número da Nota 202200001000027 Código de Verificação BAAH-HEJU 			
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e					
Data de Emissão: 09/06/2022 - 09:02 hs Período de Tribuição: 06/2022					
Natureza da Operação: Tributação no Município Município de Prestação: UBA - MG					
PRESTADOR DE SERVIÇOS					
Razão Social: JACKSON PACHECO CAMARGO 05909231618 Nome: JACKSON PACHECO CAMARGO 05909231618 Declaração: Simples Nacional Regime de Tributação: Auto-lancado Endereço: RUA CLAUDIONOR PROCOPIO DE SA, 6 APTO 202 - SAO DOMINGOS - CEP: 36.500-000 - UBA - MG Inscrição: Não		CPF/CNPJ: 34.232.232/0001-04 Inscr. Municipal: 21891 Inscr. Estadual:			
Telefone: (32)8809-8416					
TOMADOR DE SERVIÇOS					
Nome: CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUCOES PENAS DA COMARCA DE UBA/MG Email:		CPF/CNPJ: 24.551.119/0001-10 Inscr. Municipal:			
Endereço: AVENIDA SENADOR LEVINDO COELHO, 0 S/N - MARANHÃO - CEP: 36500-000 - UBA - MG		Inscr. Estadual: Telefone:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Código Cnae: 5912-0/99 Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente Código do Serviço: 13.03 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, fixação e conjuntos					
SERVIÇOS PRESTADOS					
VALORES DA NOTA					
Valor dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Acréscimos (R\$)	Desc. Condicionada (R\$)	Desc. Incondicionada (R\$)	Crédito (R\$)
5.196,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PS (R\$)	COFINS (R\$)	IR (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Total das Retenções (R\$)	Valor Líquido (R\$)
5.196,01	2,00	103,92	0,00	0,00	5.196,01
OBSERVAÇÕES DA NOTA					
Valor aproximado dos tributos: R\$ 855,78 (16,47%). Valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais com base na Lei nº 12.741/2012. Fonte: BRF. Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 062/2001 e no Decreto nº 3.981/2011. O recolhimento do imposto ISSQN de contribuintes enquadrados como Simples Nacional/MEI deverá ser efetivado através dos canais competentes. Nota Fiscal emitida via Portal.					
 Nota de Número: 202200001000027 Código de Verificação: BAAH-HEJU Emitida dia 09/06/2022 às 09:02 hs Recebi da empresa JACKSON PACHECO CAMARGO 05909231618 os serviços constantes desta NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO. Consulte a autenticidade das informações desta NFS-e no site http://nfe.uba.mg.gov.br ou por meio de aparelho com aplicativo para código QR.					

 PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ Secretaria Municipal da Finanças Praça São Januário, 238, Centro - Ubá - MG		Número da Nota 202200001000027 Código de Verificação QCGZ-BNCE 			
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e					
Data de Emissão: 09/06/2022 - 09:03 hs Período de Tribuição: 06/2022					
Natureza da Operação: Tributação no Município Município de Prestação: UBA - MG					
PRESTADOR DE SERVIÇOS					
Razão Social: SAMUEL CAETANO 05090353611 Nome: SAMUEL CAETANO 05090353611 Declaração: Simples Nacional Regime de Tributação: Auto-lancado Endereço: RUA JOSÉ AZEVEDO, 256 - XANGRILA - CEP: 36.505-316 - UBA - MG Inscrição: Não		CPF/CNPJ: 34.255.019/0001-09 Inscr. Municipal: 21892 Inscr. Estadual:			
Telefone: (32)8276-3899					
TOMADOR DE SERVIÇOS					
Nome: CONSELHO DA COMUNIDADE DAS EXECUCOES PENAS DA COMARCA DE UBA/MG Email:		CPF/CNPJ: 24.551.119/0001-10 Inscr. Municipal:			
Endereço: AVENIDA SENADOR LEVINDO COELHO, 0 S/N - MARANHÃO - CEP: 36500-000 - UBA - MG		Inscr. Estadual: Telefone:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Código Cnae: 5912-0/99 Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente Código do Serviço: 13.03 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, fixação e conjuntos					
SERVIÇOS PRESTADOS					
VALORES DA NOTA					
Valor dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Acréscimos (R\$)	Desc. Condicionada (R\$)	Desc. Incondicionada (R\$)	Crédito (R\$)
5.196,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PS (R\$)	COFINS (R\$)	IR (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Total das Retenções (R\$)	Valor Líquido (R\$)
5.196,01	2,00	103,92	0,00	0,00	5.196,01
OBSERVAÇÕES DA NOTA					
Valor aproximado dos tributos: R\$ 855,78 (16,47%). Valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais com base na Lei nº 12.741/2012. Fonte: BRF. Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 062/2001 e no Decreto nº 3.981/2011. O recolhimento do imposto ISSQN de contribuintes enquadrados como Simples Nacional/MEI deverá ser efetivado através dos canais competentes. Nota Fiscal emitida via Portal.					
 Nota de Número: 202200001000027 Código de Verificação: QCGZ-BNCE Emitida dia 09/06/2022 às 09:03 hs Recebi da empresa SAMUEL CAETANO 05090353611 os serviços constantes desta NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO. Consulte a autenticidade das informações desta NFS-e no site http://nfe.uba.mg.gov.br ou por meio de aparelho com aplicativo para código QR.					